

A Metamorfose do Sistema Vestefaliano e o Domínio Teórico das Relações Internacionais

Alguns Desafios Metodológicos

Luís Lobo-Fernandes

Professor Associado de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho.

Resumo

A implosão da União Soviética e o consequente fim da bipolaridade confrontou o domínio teórico das relações internacionais com alguma volatilidade e perda de clareza conceptual. Tal nível de incerteza era adensado pela metamorfose do próprio sistema vestefaliano, pelo que o desafio metodológico apontava já então para a necessidade crescente de incorporar o papel dos actores transnacionais na explicação dos factores de mudança internacional. Os eventos de 11 de Setembro de 2001 e de 11 de Março de 2004 – enquanto expressões particularmente marcantes das novas ameaças transnacionais – e os efeitos que provocaram, requerem pois uma melhoria dos quadros de racionalidade internacional. O advento de formas de *guerra assimétrica* e a própria reformulação do pensamento estratégico norte-americano são reveladores, pelo menos em parte, de alguns dos mais importantes dilemas contemporâneos.

Abstract

The collapse of Soviet Union and, with it, the end of bipolarity has brought a significant challenge to the field of international relations theory, characterized by new levels of uncertainty. Such challenge was deepened by the very metamorphosis of the Westphalian system, which required a need to incorporate the role of the so-called mixed actors (i.e., transnational actors) in the various analyses of international change. The events of September 11, 2001, and March 11, 2004 – surely the most daunting features of transnational threats – as well as their consequences, require therefore better conceptual frameworks in order to increase our understanding of the current international system. The rise of new forms of asymmetric wars and the new US strategic thinking reveal, at least in part, some of the most important contemporary dilemmas.

1. Soberanias Perfuradas, “Mixed Actors” e Mudança Internacional

Durante algum tempo, após 1991, constituiu uma asserção recorrente afirmar que o fim da bipolaridade confrontava o domínio teórico das relações internacionais com alguma volatilidade e perda de clareza conceptual, ou até mesmo com o que chegou a ser enunciado como uma “crise” de paradigmas. Tal devia-se em grande medida às tendências contraditórias que rapidamente se manifestaram: por um lado, uma aceleração do movimento da globalização capitalista, agora liberto da ameaça soviética que foi – durante décadas a fio – o principal obstáculo à sua plena irradiação; por outro, a fragmentação que a implosão da União Soviética produziu, com reflexos agudos nas reivindicações nacionalistas que eclodiram na Europa de Leste, nos Balcãs, e em toda a extensão do chamado cordão islâmico da Ásia ocidental e central. Tal nível de incerteza era adensado ainda mais por uma insuficiência do modelo teórico centrado exclusivamente no estado soberano ou se preferirmos pela metamorfose do próprio sistema vestefaliano, resultante do crescimento exponencial de organizações internacionais não-governamentais e de outros actores transnacionais. O principal desafio metodológico apontava já então para a exigência de integrar o papel dos chamados *mixed actors* (actores transnacionais) na explicação dos factores de mudança internacional¹.

Outra consequência do colapso da União Soviética foi a “consagração” dos Estados Unidos como única superpotência. Daqui derivou um ciclo do sistema internacional tendencialmente *unipolar*², onde a actual diferença de capacidades entre os EUA e outros centros de poder não parece encontrar paralelo na história. É certo que outras perspectivas sustentam uma caracterização em termos de “uni-multipolaridade”³. Eu privilegiaria, não obstante, a hipótese unipolar na exacta medida em que ela se reporta à existência de uma única superpotência e elucida talvez melhor a dinâmica internacional contemporânea⁴.

1 Tivemos ensejo de articular alguns destes argumentos, embora com uma incidência algo diferente, noutro trabalho. Cf. Luís Lobo-Fernandes. 2004. “Entre o 11 de Setembro e o 11 de Março: os Limites de um Mundo Globalizado”. *Relações Internacionais*, Nº 4, Dezembro, 77-87.

2 Ver, por exemplo, Krauthammer, Charles. 2002. “The Unipolar Moment Revisited”. *The National Interest*. Number 70, Winter 2002/03, pp. 5-17.

3 Nos primeiros anos pós-guerra fria houve uma fórmula intermédia definida em termos de “uni-bi-multipolaridade” dado que a Rússia pós-soviética, apesar das grandes dificuldades económicas, continuava a deter o maior arsenal nuclear de armas estratégicas.

4 Helio Jaguaribe considera mesmo que “Os Estados Unidos são actualmente, estritamente falando, o único país totalmente soberano”. Cf. Jaguaribe, Helio. “O Novo Sistema Internacional”. *Estratégia*. Número 16, 1º semestre, 2002, p. 29. Na mesma linha, Ronaldo M. Sardenberg, referia que “Já hoje, quando se reestrutura a ordem mundial, os EUA aparecem como o país que melhor corresponde ao ‘tipo ideal’ do Estado...”.

2. Os Sistemas de Racionalidade Internacional e o Pós-Guerra Fria

2.1. O enunciado liberal/pluralista

A promessa de prosperidade global, muito difundida após a queda da URSS, e ao longo de praticamente toda a década de noventa, baseia-se fundamentalmente num argumento liberal das relações internacionais, estruturado numa ideia de mudança pacífica e harmonia potencial, enfim, num jogo de soma positiva, simbolizado no acordo de Bretton Woods e com uma versão mais contemporânea definida em termos do chamado *consenso de Washington*. A referência é, porém, mais uma questão de convicção do que de análise. Em rigor, ninguém podia garantir que as dinâmicas internacionais evoluíssem exactamente assim.

2.2. O enunciado realista

Os realistas, tradicionalmente mais cépticos em relação à probabilidade de mudanças profundas na natureza das relações internacionais, e com uma concepção fixa da natureza humana, sempre consideraram que o sistema internacional é muito fragmentado, pelo que a globalização não traria uma alteração fundamental dos dados estruturais ou seja, não modificaria um sistema internacional marcado pela luta permanente pelo poder e por conflitos potenciais. Não obstante, podemos identificar pelo menos três problemas metodológicos nesta perspectiva. Um primeiro respeita ao facto de apresentar o “interesse nacional” como justificação universal para a acção dos Estados. Ora, tal explicação tem um carácter tautológico, na medida em que o interesse nacional tende a explicar-se a si mesmo; em particular, não elucidaria adequadamente variações na forma de actuação e nas políticas dos Estados. Em segundo lugar, os Estados são apresentados como unidades coesas e monolíticas, visão claramente desajustada da realidade. Como sublinhou Ivo D. Duchacek, a imagem dos Estados contemporâneos aproxima-se mais de verdadeiras soberanias “perfuradas” do que de entidades “unitárias”⁵.

Sardenberg, Ronaldo M. 2003. “Prefácio”, in Hans J. Morgenthau. *Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. XXIX. Ver ainda, Zakaria, Fareed. 2002. “Our Way: The trouble with being the world’s only superpower”. *The New Yorker*, OCT.14 & 21, 2002, pp. 72-81.

5 Cf. Ivo D. Duchacek. 1990. “Perforated Sovereignities: Toward a Typology of New Actors in International Relations”. In *Federalism and International Relations: the Role of Subnational Units*, eds. Hans J. Michelmann and Panayotis Soldatos. Oxford: Clarendon Press (trad. do autor).

Acresce ainda que “in terms of the state-centric model the objectives of public officials are not theoretically derived - ‘they simply exist’ (...) That is, the formation of preferences is usually unspecified, converting state autonomy into an abstract set of resources, isolated from their larger institutional or societal contexts”⁶. Por último, a emergência de formas de terrorismo transnacional representa por um lado a ultrapassagem da separação realista tradicional entre as esferas doméstica e externa, e por outro um desafio assinalável ao monopólio da violência dos Estados vestefalianos⁷.

2.3. O enunciado radical

Do lado das perspectivas teóricas mais críticas, a globalização condiciona as possibilidades de alternativas políticas e provoca uma erosão transversal das fronteiras - sem qualquer garantia de prosperidade para *todos* - funcionando antes como uma espécie de “intrusa”, constituindo-se numa base para desequilíbrios sociais acentuados. Para esta visão radical, as dinâmicas da globalização precisamente por sugerirem integração à escala mundial enunciam também uma maior centralização favorável às economias dominantes. O raciocínio é simples: num mundo mais aberto, a divisão do trabalho é favorável aos países ricos. O discurso globalista oculta, pois, um dado essencial: o mundo não constitui uma “totalidade”. Este enunciado patenteia também uma insuficiente legitimação democrática, pois não existe um modelo disponível de democracia global (em rigor, a democracia está historicamente ligada à experiência do estado-nação e a uma dada territorialidade)⁸.

3. Violência sem Combate ou a Face das Guerras Assimétricas

Uma das dimensões de certo modo insuficientemente analisada nos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova York, e de 11 de Março de 2004 em Madrid, prende-se com o seu enquadramento numa escala de conflitos algo mais ambicio-

6 Lobo-Fernandes, Luís. 1995. “State Autonomy or Transnational Fusion: The European Union and the New Telecommunications Policies”, Ph.D. diss. University of Cincinnati, 28-29.

7 Caporaso, 2002, op. cit.

8 Cf. Lobo-Fernandes, Luís. 2000. “O Modelo Global: Espaço de Teste da Paz e Segurança Internacionais”. Nação & Defesa, Nº 95/96, Outono-Inverno 2000 - 2ª Série, p. 50.

sa⁹. Os chamados conflitos de baixa intensidade (aqui considerados especificamente na sua vertente terrorista não-estadual e insurgente)¹⁰ estão normalmente associados a uma deslocação do foco vertical das batalhas clássicas entre países – travadas fundamentalmente pelos respectivos braços militares – para um plano horizontal envolvendo mais directamente a procura de efeitos profundamente desestabilizadores nos planos civil, psicológico, social, económico, e ideológico, cujo pano de fundo é o efeito-surpresa do terror e do assassinato selvagem de populações indefesas. Conceptualmente, estamos agora perante uma tipologia de hostilidades localizada num dos extremos da escala dos conflitos de baixa intensidade ou seja, de formas que eu denomino de violência sem combate e de guerra não-declarada, também designadas de guerras *assimétricas*. Esta modalidade de violência *informal*¹¹ – como a rotulou Robert O. Keohane – tem um carácter marcadamente errático, difuso e transnacional, não fazendo distinção entre os níveis tradicionais de “frente” e de “retaguarda”, e não distingue combatentes de não-combatentes. Dado que o terrorismo é uma tática dos contendores mais “fracos”, a violência raramente é accionada contra alvos militares. Os atentados terroristas são, pois, maioritariamente dirigidos contra civis.

A dimensão talvez politicamente mais substantiva dos conflitos de baixa intensidade envolve uma lógica *revolucionária* assente no desgaste sócio-psicológico das populações-alvo, cujo centro de gravidade é a desestabilização do sistema de poderes prevacente. Neste sentido, o conflito armado é algo tangencial ao propósito revolucionário, não deixando porém de constituir uma ameaça particularmente elevada. Uma tipologia actualizada dos conflitos de baixa intensidade – na forma insurgente – assenta num conceito expandido que integra aquilo que designaria de ideologia da barbárie. Neste sentido, para mim, um dos aspectos mais marcantes das acções barba-

9 Como estipulou Carl von Clausewitz, “Agora, o primeiro, o maior, o mais decisivo acto de julgamento que o estadista e o general exerce é justamente compreender sob este aspecto a guerra em que se empenha, e não tomá-la por algo, ou desejar torná-la em algo que, pela natureza das suas relações, lhe é impossível ser. Este é, pois, o primeiro, o mais compreensivo de todos os problemas estratégicos”. Clausewitz, Carl von (1832). Da Guerra. Lisboa: Europa-América, s/data, p. 48.

10 Os conflitos de baixa intensidade incluem tipologicamente um espectro mais amplo de categorias que vão do terrorismo e insurgência até às acções anti-terroristas, de contra-insurgência, operações especiais, e outras, por parte dos Estados. Cf. Sarkesian, Sam C. 1986. “Low-Intensity Conflict: Concepts, Principles, and Policy Guidelines”, in David J. Dean, ed. 1986, *Low Intensity Conflict and Modern Technology*. Maxwell Air Force Base, Alabama: Air University Press. Ver também Manwaring, Max G., ed. 1991. *Uncomfortable Wars: Toward a New Paradigm of Low Intensity Conflict*. Boulder, CO: Westview Press.

11 Cf. Keohane, Robert O. 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. New York: Routledge, p. 272.

rizantes de 11 de Setembro e de 11 de Março é precisamente a exclusão de qualquer desejo de compromisso por parte dos perpetradores. É aparente que Osama bin Laden e os seus seguidores não ansiavam qualquer vantagem política com vista a um processo negocial ortodoxo, a empreender ulteriormente¹². Concluindo, esta rede está a conduzir o que eu também tenho vindo a definir como uma forma de guerra ilimitada¹³ e não a procurar um acesso ao *statu quo*.

4. Ameaças Transnacionais e as Políticas de Defesa Activa: A Reformulação do Pensamento Estratégico Norte-Americano

É imperioso, pois, considerar os efeitos dos atentados de 11 de Setembro de 2001 que, para lá dos seus aspectos mais hediondos, cristalizaram a vulnerabilidade dos EUA, tornando especialmente viva a natureza das ameaças transnacionais. Tenho sustentado que o impacte psicológico daqueles eventos não deve ser minimizado¹⁴. É, desde Pearl Harbour, o primeiro grande revés consumado no seu próprio território. A barbárie global na forma de uma ideologia e prática do terrorismo transnacional emerge pois como a ameaça mais imediata à *hiperpotência*¹⁵. Tal circunstância - e o medo que provocou - possibilitou (em maior ou menor grau) que os Estados Unidos deixassem de basear o seu pensamento estratégico numa lógica reactiva como acontecia no passado, dada a impossibilidade manifesta de dissuadir ataques irracionais do tipo de 11 de Setembro. Na leitura da administração norte-americana, o “esgotamento” da dissuasão - estruturada no argumento da retaliação - em relação a grupos que actuam irracionalmente e de forma imprevisível, com recurso a práticas suicidas, tornou necessária uma alteração qualitativa da doutrina estratégica “forçando” a adopção de medidas pró-activas de defesa, no sentido de inviabilizar a materialização de novos atentados. O cerco aos santuários dos terroristas em regimes que os patrocinam,

12 Embora igualmente repugnantes, pode estabelecer-se alguma diferença relativamente aos atentados perpetrados pelos extremistas palestinianos durante os Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, que visavam obrigar Israel a fazer cedências.

13 Lobo-Fernandes, Luís. 2002. “Neoterrorismo ou a Guerra Ilimitada - Seis Meses Depois”. O Mundo em Português, Nº 31, Abril de 2002.

14 Cf. Lobo-Fernandes, Luís. 2003. “Bush: o risco de esperar”. Público, 17 Fevereiro 2003, p. 10.

15 Termo aparentemente cunhado pelo antigo ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine. Note-se, porém, que o termo destinou-se a descrever a América de Bill Clinton, não a de George W. Bush. Cf. Zakaria, Fareed. 2004. “Hating America”. Foreign Policy, September/October 2004, N. 144, p. 48.

ou que os toleram, passa a ser um dos componentes centrais da reorientação em curso (como sempre acontece quando a dissuasão falha, a alternativa é a *defesa* activa). Os acontecimentos daquela data terão acentuado a convicção em Washington de que os Estados *fracos* (e, do mesmo modo, os chamados *failed states*) podem representar perigos maiores para a segurança dos Estados Unidos do que as potências tradicionais. Neste sentido, a intervenção no Iraque pode ser vista como uma “sequência” do ataque ao Afeganistão. A grande ironia está no facto de o Iraque, apesar da natureza ignóbil do seu regime, não caber em nenhuma daquelas categorias, independentemente da questão de o regime iraquiano deter ou não, na altura, armas de destruição maciça. Acresce ao paradoxo, que o país era um dos poucos Estados seculares da região.

A decisão da administração de George W. Bush em lançar-se numa guerra de tipo preventivo parece configurar antes uma aposta muito mais ambiciosa, que passa pela recomposição – pelo menos parcial – do mapa político do Médio Oriente¹⁶. Esta administração já não se orienta, portanto, por uma lógica clássica de balança de poder¹⁷. Uma tal política inclui nada menos do que forçar mudanças de regime. Porém, numa visão mais “dura”, a iniciativa da administração Bush de invadir o Iraque e de destituir Saddam, em 2003, pode ser considerada meramente como a expressão clássica de uma intervenção simplesmente “porque se pode” ou seja, porque se tem uma capacidade disponível e uma vantagem incomensurável face ao regime iraquiano, seguramente o mais fragilizado do conjunto dos regimes totalitários da região e na situação do mais completo isolamento internacional. Por isso, como se esperava, ninguém levantou um dedo pelo regime de Bagdade. Poder, oportunidade e um propósito de cariz moralista (*neowilsoniano*) parecem, pois, ser os factores que melhor explicam, nos seus contornos fundamentais, a acção empreendida pelos Estados Unidos.

A violência projectada contra civis indefesos na capital espanhola no dia 11 de Março de 2004 – tal como ocorrera em Nova Iorque a 11 de Setembro de 2001 – foi de excepcional gravidade, evidenciando que as ameaças protagonizadas por redes

16 Cf. Gaddis, John Lewis. 2002. “A Grand Strategy of Transformation”. *Foreign Policy*, N. 133, November/December 2002, pp. 50-57. Ver, também, “Madeleine Albright: La mujer que fue Estados Unidos”. *El País Semanal*, Número 1447. Domingo 20 de junio de 2004, pp. 14-21.

17 Como sublinha de forma pungente Condoleezza Rice (2003, 104) “We must abandon the quest for new multipolarity, and instead work for a balance of power that favors freedom, that defends freedom against its enemies and supports those seeking to build freedom in their own societies. There is much to be done, and we must begin this good work now”. *Newsweek*, Special Issue, December 2003-February 2004.

terroristas transnacionais estão longe de estar dissipadas. Sabemos que o terrorismo, que visa fundamentalmente gerar pânico e medo entre as populações civis, não é novo. Porém, os atentados de Nova Iorque e de Madrid revelam um arrojo e uma espectacularidade assinaláveis, com recurso às tecnologias globais, visando atingir grandes concentrações de pessoas em zonas onde porventura menos se esperaria. Note-se que de um ponto de vista estrito das “leis da guerra”, apesar da sua brutalidade, o ataque às torres do *World Trade Center* pode ser considerado um dano colateral, mas do ponto de vista dos terroristas foi uma acção de sucesso *integral* para os seus desígnios, fosse por gerar medo no maior centro financeiro e de negócios do mundo – verdadeiro símbolo da prosperidade ocidental –, fosse pela demonstração inequívoca da vulnerabilidade dos Estados Unidos¹⁸.

5. Conclusão: Desafio Aberto à Única Superpotência

Numa leitura de pendor político, parece iniludível que os acontecimentos de Setembro de 2001 em solo americano – na linha de uma primeira tentativa algo frustrada em 1993 – visaram principalmente contrariar e afectar a posição ascendente dos Estados Unidos no sistema internacional¹⁹. Mas, talvez mais do que o choque decorrente da brutalidade dos eventos, é no ataque *directo* à superpotência que reside a principal novidade da acção terrorista de 11 de Setembro. Os eventos de Madrid – simbolicamente separados dos de Nova Iorque por exactamente dois anos e meio – enquadrar-se-iam na mesma lógica de penalizar um governo *aliado* de Washington²⁰. Neste sentido, os dois momentos podem ser vistos como fazendo parte de uma mesma reacção difusa à hegemonia dos EUA nas relações internacionais, articulada por uma entidade não-estadual que reivindica agir em nome do Islão e estruturada num plexo organizacional – a Al Qaeda – possuidora de recursos financeiros consideráveis. Os atentados de 11 de Setembro e de 11 de Março constituem a expressão de uma verda-

18 Cf. Caporaso, James A. 2002. “Terrorism, Non-State Violence, and the Westphalian System: Consolidation or Fragmentation?”. Paper prepared for the Arrábida Meeting, Os Actores na Prevenção de Conflitos. Coordenação de Luís Lobo-Fernandes, Fundação Oriente, Mosteiro da Arrábida, Portugal, June 17-18, 2002, unpublished manuscript.

19 Os ataques às instalações das representações diplomáticas dos Estados Unidos em Nairobi e em Dar-es-Salam, em 1998, prefiguravam o mesmo padrão.

20 De igual modo, os atentados perpetrados em Bali, Casablanca, Istambul e Riad, visaram atingir países que no entendimento dos seus autores são “cúmplices” dos Estados Unidos.

deira ideologia da barbárie, a cuja chantagem não se pode nem se deve ceder. Não partilho, pois, das leituras assentes em causas remotas, na ideia de que o barbarismo global é um efeito directo das acções dos Estados Unidos, ou seja de que existe uma “culpa objectiva” – uma falácia recorrente e perigosa – dos EUA e, por arrastamento, das democracias prósperas do norte do planeta. Não deve, porém, ser totalmente desvalorizada a existência de ressentimentos difusos, e de algum potencial de violência latente induzida por um crescimento das privações de uma parte da população do globo, ressentimentos esses abertos à manipulação de agentes terroristas que não partilham o consenso internacional²¹.

Para aqueles que aceitam que as mudanças internacionais estão primordialmente correlacionadas com grandes alterações na configuração do poder mundial, as relações internacionais pós-11 de Setembro não sofreram alterações determinantes, apesar do seu potencial altamente desestabilizador. Os Estados vestefalianos deteriam ainda, para esta visão, uma reserva de poder significativa para conter os danos colaterais associados. Afigura-se-me imprescindível, contudo, ter em conta que a emergência de novos actores e de novos padrões de terrorismo transnacional, desterritorializado, representa um desafio significativo quer para o sistema internacional, quer os quadros conceptuais disponíveis.

Referências bibliográficas

Borradori, Giovanna. 2003. *Philosophy in a Time of Terror: Dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida*. Chicago: The University of Chicago Press.

Caesar, Julius. 1964. *War Commentaries of Caesar*. New York: Mentor Books, The New American Library.

Caporaso, James A. 2002. “Terrorism, Non-State Violence, and the Westphalian System: Consolidation or Fragmentation?”. Paper prepared for the Arrábida Meeting, *Os Actores na Prevenção de Conflitos*. Coordenação de Luís Lobo-Fernandes, Fundação Oriente, Mosteiro da Arrábida, Portugal, June 17-18, 2002, unpublished manuscript.

21 Sobre o tema das privações relativas e da hipótese “frustração-agressão”, ver em especial o modelo PR de Gurr, Ted Robert. 1985. *Manual de Conflito Político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 105 e pp. 169-172.

- Clausewitz, Carl von. (1832). *Da Guerra*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/data.
- Duchacek, Ivo D. 1990. "Perforated Sovereignities: Toward a Typology of New Actors in International Relations". In *Federalism and International Relations: the Role of Subnational Units*, eds. Hans J. Michelmann and Panayotis Soldatos. Oxford: Clarendon Press.
- Gaddis, John Lewis. 2002. "A Grand Strategy of Transformation". *Foreign Policy*, N. 133, November/December 2002, pp. 50-57.
- Gurr, Ted Robert. 1985. *Manual de Conflito Político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Harknett, Richard J. 2002. "Barbarians At and Behind the Gates: The Loss of Contingency and the Search for Homeland Security". *The Forum, A Journal of Applied Research in Contemporary Politics*. Volume 1, Issue 2, <http://www.bepress.com/forum/vol1/iss2/art1/>
- _____. 2003. "Integrated Security: A Strategic Response to Anonymity and the Problem of the Few". *Contemporary Security Policy*, Volume 24, Number 1, April 2003, pp. 13-45.
- _____. 2003. "Fear, Opportunity and Preventive War: The American Rationale for Conflict with Iraq", in Erich Reiter (Hrsg.) *Jahrbuch für internationale Sicherheitspolitik*, 2003. Mittler.
- Jaguaribe, Helio. 2002. "O Novo Sistema Internacional". *Estratégia*. Número 16, 1º Semestre, pp. 19-46.
- Keohane, Robert O. 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. New York: Routledge.
- Krauthammer, Charles. 2002. "The Unipolar Moment Revisited". *The National Interest*, Number 70, Winter 2002/03, pp. 5-17.
- Lemann, Nicholas. 2002. "Without a Doubt": Has Condoleezza Rice changed George W. Bush, or has he changed her?". *The New Yorker*. OCT. 14 & 21, 2002, pp. 164-179.
- Lobo-Fernandes, Luís. 2000. "O Modelo Global: Espaço de Teste da Paz e Segurança Internacionais". *Nação & Defesa*, Nº 95/96, Outono/Inverno 2000 - 2ª Série, pp. 43-53.
- _____. 2002. "Neoterrorismo ou a Guerra Ilimitada - Seis Meses Depois". *O Mundo em Português*, Nº 31, Abril de 2002.
- _____. 2003. "Bush: o risco de esperar". *Público*. 17 Fevereiro 2003, p. 10.

_____. 2004. "Entre o 11 de Setembro e o 11 de Março: os Limites de um Mundo Globalizado". *Relações Internacionais*, Nº 4, Dezembro, 77-87.

Manwaring, Max G. ed. 1991. *Uncomfortable Wars: Toward a New Paradigm of Low Intensity Conflict*. Boulder, CO: Westview Press.

Rice, Condoleezza. 2003. "You're Safe With Us". *Newsweek*, Special Issue, December 2003-February 2004.

Sardenberg, Ronaldo M. 2003. "Prefácio", in Hans J. Morgenthau. *Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Sarkesian, Sam C. 1986. "Low-Intensity Conflict: Concepts, Principles, and Policy Guidelines", in David J. Dean, ed. *Low-Intensity Conflict and Modern Technology*. Maxwell Air Force Base, Alabama: Air University Press.

The New York Times, "War With Iraq Is Not in America's National Interest", September 26, 2002, p. A31.

Viola, Eduardo, e Héctor Ricardo Leis. 2004. "Unipolaridade, governabilidade global e intervenção unilateral anglo-americana no Iraque". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 47, Nº 2, 29-58.

Waltz, Kenneth N. 2002. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva - Publicações.

Waters, Malcom. 1999. *Globalização*. Oeiras: Celta.

Zakaria, Fareed. 2002. "Our Way: The trouble with being the world's only superpower". *The New Yorker*, OCT.14 & 21, 2002, pp. 72-81.